



EXPEDIENTE DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

Proc. Adm. nº 0287/2025

Objeto: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COBERTURA HOSPITALAR ESTÉRIL PARA LESÕES TISSULARES

I – RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa MEDICAL CL 23 COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA, nos autos do Pregão nº 022/2025, referente à EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COBERTURA HOSPITALAR ESTÉRIL PARA LESÕES TISSULARES, especificamente no tocante ao Item 07 do Termo de Referência, contra a manutenção da proposta da empresa ITA PHARMA LTDA como classificada para o referido item.

A recorrente sustenta que a proposta da recorrida não atende integralmente às especificações técnicas do Termo de Referência, especialmente quanto à ausência dos componentes “óleo de copaíba” e “melaleuca”, exigidos como características mínimas do item 07.

Em contrarrazões, a empresa recorrida reconheceu a ausência dos referidos componentes, mas argumentou que sua ausência não comprometeria a eficácia do produto, justificando que:

“De fato, reconhecemos que o item ofertado não contém ÓLEO DE COPAÍBA E MELALEUCA mencionados pela empresa Recorrente. Contudo, é importante esclarecer que tais componentes, embora possam contribuir para o efeito medicinal de forma auxiliar, não são os princípios ativos principais para a obtenção do resultado.”

II – ANÁLISE

O recurso foi interposto dentro do prazo legal e atende aos requisitos de admissibilidade, razão pela qual deve ser conhecido.

Analisando o mérito, cumpre observar que a proposta apresentada pela empresa recorrida foi objeto de avaliação técnica por parte do setor competente da secretaria requisitante, o qual emitiu manifestação técnica conclusiva no sentido de que o produto ofertado não atende às exigências do edital para o item 07, justamente pela ausência dos componentes mencionados, considerados parte das características mínimas exigidas no Termo de Referência.

Destaca-se que, conforme o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 14.133/21, a Administração Pública está adstrita às regras estabelecidas no edital. A descon sideração de tais exigências comprometeria a isonomia entre os licitantes e violaria os princípios do julgamento objetivo e da segurança jurídica.

Ainda que a empresa recorrida alegue que os componentes suprimidos não sejam essenciais, não compete à licitante redimensionar os critérios técnicos definidos pela Administração, devendo sua proposta atender integralmente aos requisitos estipulados.

III – DECISÃO DO PREGOEIRO

Diante do exposto, conheço o recurso interposto pela empresa MEDICAL CL 23 COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA e, com fundamento na manifestação técnica da secretaria requisitante, dou-lhe provimento, para fins de desclassificação da proposta da empresa ITA PHARMA LTDA no Item 07 do edital, por não atendimento integral às especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

À consideração da Autoridade Administrativa Superior para apreciação e decisão, tendo em vista ser sua a competência recursal, observados o Princípio do Duplo Grau de Jurisdição e o de Segregação de Funções, conforme preceitua o art. 165, § 2º da Lei Federal nº 14.133/21.

Sumidouro, 29 de maio de 2025.

Thiago Bandeira de Gouvêa Marques
Pregoeiro

RATIFICO nos termos artigo 165, parágrafo 2º, da Lei nº 14.133/21 a decisão a mim submetida, mantendo-a irreformável pelos seus próprios fundamentos.

Determino o prosseguimento do certame com a reclassificação das propostas remanescentes, conforme previsto nas regras do edital.

Publique-se a presente decisão no sistema e cientifiquem-se as partes.

Claudia Bastos Charles
Secretária Municipal de Saúde